

## Interface entre Lingüística Textual e Teoria da Tradução

Álvaro Kasuaki Fujihara<sup>1</sup>, Livy Maria Real Coelho<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Paraná(UFPR)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná(UFPR)

koshi\_kaeru@yahoo.com, livyreal@gmail.com

**Resumo.** *No âmbito dos estudos da tradução, determinadas vertentes teóricas por vezes reconhecem a produtividade (e mesmo a necessidade) de se considerar as convenções textuais específicas de cada cultura durante o ato tradutório. Dadas vertentes, como a funcionalista (Cf. Nord), são categóricas ao afirmar essa necessidade. Por outro lado, a prática tradutória é eventualmente invocada como exemplo, no âmbito da lingüística textual, a fim de justificar a necessidade de uma taxonomia tipológica, ou mesmo para reafirmar sua produtividade prática enquanto ramo do conhecimento. Contudo, essas duas áreas parecem transcórrer em paralelo, sem que haja grande diálogo entre elas. Há mesmo uma recusa por vezes categórica em se manter um diálogo (cf. Vermeer) alegando-se que a Lingüística Textual ainda não colocou as questões que interessam aos teóricos dos Estudos da Tradução. O presente trabalho pretende verificar em que medida há e em que medida poderia haver uma interface entre as duas áreas, e quais os eventuais ganhos dessa interação. Entendemos que tal interação é favorecida pela ênfase dada por diversas vertentes teóricas dos Estudos da Tradução no caráter textual da tradução (i.e. no fato de que uma tradução é um texto traduzido, uma produção textual na língua de chegada).*

**Abstract.** *It is not uncommon to find in the area of Translation Studies some theoretic frameworks that account for the advantages (or even the necessity) of taking into consideration the culture-specific textual conventions during the translational act. Some frameworks, as the functionalist (Cf. Nord), clearly state this necessity. On the other hand, eventually the translational practice is summoned as an example, in the area of discourse analysis, to justify the necessity of a typological taxonomy, or even to re-state its productivity as a branch of human knowledge. However, these two areas seem to work in parallel, without there being an effective dialog between them. Sometimes there is even a categorical refuse in keeping any dialog (Cf. Vermeer), arguing that Discourse Analysis did not ask yet the questions that are of interest to Translation Studies. The present work is intended to verify to which extent there is or could be an interface between the two areas, and which are the eventual benefits of this interaction. We understand that such an interaction is favored by the emphasis given by many theoretic frameworks from Translation Studies in the textual aspects of translation (i.e. in the fact that a translation is a translated text, a textual production in the target language).*

**Palavras-chave:** tradução; lingüística textual; gênero; tipologia textual

## 1. Objetivos

Depois de algum contato com a Linguística Textual (LT) e os Estudos da Tradução (ET), são notáveis os muitos pontos em que as áreas convergem. Ao menos em determinados modelos dentro dos estudos tradutórios (como o modelo Reiss), a questão do gênero textual é de extrema relevância. Questão essa que nos parece uma das questões-base da LT.

Independentemente dessa convergência e de ambas as áreas sempre se referirem uma à outra, não houve até agora, qualquer estudo - ao menos que seja do nosso conhecimento - que viabilizasse dentro dos ET um novo modelo baseado nos avanços, ou mesmo nas discussões da LT. Da mesma forma, dentro da LT o campo da tradução é sempre citado como um local onde conceitos como o de comunidade discursiva podem ser vistos mais evidentemente.

No entanto, a real interface entre as duas áreas parece ser bastante restrita. Decorre disso que muito pouco de uma área repercute de forma significativa na outra, e diálogos potencialmente produtivos acabam tendo uma participação, para dizer o mínimo, modesta.

Com vista a esse problema, pretendemos em uma breve análise do modelo Reiss, modelo que se fundamenta em uma tipologia textual como forma central de orientação de estratégias tradutórias, discutir seus ganhos e suas perdas.

## 2. Estudos da Tradução

Apresentaremos aqui um breve resumo do modelo Reiss, seus pressupostos e desdobramentos. Elegemos esse modelo como exemplo dos gêneros textuais na Tradução por ser esse um dos estudos de maior repercussão dentro dos modelos de tradução que consideram os gêneros ou tipologias textuais. Um segundo motivo pelo qual o elegemos é o quanto a tipologia textual aqui é relevante. Em outros modelos, essa questão pode ser secundária e muitas vezes, como veremos adiante, tipologias textuais não são uma questão relevante para o tradutor ou para o modelo. Assim acreditamos que, para focalizar as intersecções entre essas duas áreas, um modelo de tradução que realmente considere a questão do gênero seria muito mais profícuo.

### 2.1 Modelo Reiss

#### 2.1.1 O Modelo

Katharina Reiss, já na década de 60, propõe um modelo para a prática tradutória até então baseado na invariância de função do texto traduzido, *i.e.*, o tradutor no processo de tradução deve visar *a priori* manter a função do texto original (TF: texto fonte). Antes de Reiss muito já havia sido dito sobre o que era a função do tradutor *a priori*, já que é mais do que claro que o tradutor nunca poderá manter “todas” as características do TF (estilo, significado, forma, função, escolhas lexicais, etc) para o TA (texto alvo). Autores anteriores divergiam sobre manter o significado, a estrutura do texto, a função, e geralmente apresentavam recursos em micro-escala para resolver os possíveis problemas do tradutor. Com recursos em micro-escala queremos dizer que os autores apontavam problemas muito específicos, passagens problemáticas e resolviam ali como dar conta de dificuldades pontuais. Reiss, ao olhar para o texto como um todo e apontar

a função do texto como o que deve de fato ser preservado, passa a trabalhar com a macro-escala textual. Dentro dos ET, O trabalho de Reiss é uma das contribuições mais importantes para a quebra da lógica do bottom-up e consecutiva instituição da lógica top-down. O problema principal do tradutor não é mais se preocupar com os problemas pontuais do texto que parecem ser intraduzíveis, mas sim definir a função do texto e reproduzi-la, de modo geral, para a outra língua.

Para identificar essa função do texto, Reiss estabelece uma tipologia tripartite de tipos textuais. Ela se baseia no modelo de comunicação proposto por Bühler: "En analogía al modelo de los signos lingüísticos de Bühler (1934, 1965) en el que se establecen las tres funciones básicas del signo lingüístico - representativa, expresiva y apelativa -, hemos identificado las tres funciones básicas de los textos, que se derivan de la intención comunicativa del autor del texto (Reiss 1971, 1976, 1978) y que utilizamos para caracterizar las diferentes categorías textuales." (REISS, 1984, p.178)

Ao identificar essas três funções principais da comunicação, Reiss nomeia as três categorias textuais com que trabalhará: informativa ("texto para transferir noticias, conocimientos, opiniones, etc, en definitiva: para informar" REISS, 1984 p. 179), expressiva ("transmitir principalmente contenidos organizados de manera artística, ordenando el contenido conscientemente según criterios estéticos" REISS, 1984, p. 179) e operativa ("transmitir contenidos de carácter persuasivo para inducir al receptor del texto a actuar en el sentido deseado por el emisor del texto (o de su cliente - intención que corresponde a la función apelativa de la lengua" (REISS, 1984, p. 179).

Ela ainda discute as funções apontadas por Jakobson (fática e poética), mas as deixa de lado por entender que estas podem estar presentes nos outros tipos sem fazer com que a função principal do texto mude.

Dentro de seu modelo, a teórica aponta três fases do processo tradutório: i. estabelecimento do tipo textual, ii. estabelecimento da variedade textual e iii. análise do estilo. O estabelecimento do tipo textual é o que diz respeito à função do texto de partida, *i.e.*, a definição dentre quais dos três tipos o texto se encontra.

Quanto a ii - definição da variedade textual - a autora não tem critérios e variedades tão definidas quanto em relação ao tipo textual. No entanto, ela explicita que é quanto à variedade que questões temporais e de comunidades lingüísticas devem ser consideradas. "The classification of a given text according to specifically structured socio-cultural patterns of communication belonging to specific language communities." (REISS, 1971, p.165).

O terceiro procedimento, a análise do estilo, é o momento onde o tradutor identifica no texto o que o faz único, suas individualidades apesar de ligado a um gênero e uma variedade.

Depois de seguir esses três procedimentos de análise do texto de partida, Reiss indica que é a tipologia textual que dita o método, a estratégia a ser usada na tradução, enquanto é a variedade textual que demanda considerações sobre as convenções de estrutura e linguagem que devem ser utilizadas. "The text type determines the general method of translating. The text variety demands consideration for language and text structure conventions."(REISS, 1971, p166).

Essas são as estratégias do modelo para os chamados "casos normais" da tradução, ou seja, quando o texto traduzido deve manter a mesma função do texto original. A autora também identifica dois outros casos de tradução: os "problemáticos" e os "especiais".

Os casos problemáticos ocorrem quando, por alguma razão, a função do TA não é a mesma do TF, *e.g.*, na tradução de uma obra durante um curso de línguas. A tradução nesse contexto visaria testar os conhecimentos do aluno, enquanto o texto original tinha uma função outra. A solução de Reiss aqui é não tratar mais de tipologia textual, mas sim de tipologia da tradução, *i.e.*, pode-se adaptar a função e o tipo textual da tradução para que esta dê conta da "função estrangeira", do objetivo pelo qual a tradução está sendo feita.

Casos especiais, talvez os mais interessantes para nós aqui, são aqueles onde o TF apresenta mais de um tipo textual mesclado.

Um exemplo desses casos é o uso de elementos poéticos em um texto de convencimento. Quando não é possível manter ambas as funções no TA, seja por questões lingüísticas ou culturais, se mantém a função principal, nesse caso a de convencimento e deixa-se que os elementos poéticos sejam substituídos. (REISS, 1971 p. 170).

### **2.1.2 Problemas**

Para tratar dos problemas que a teoria de Reiss apresenta, temos antes de mais nada que verificar o objetivo a que ela se propõe. Reiss quer um modelo de tradução que seja abrangente o suficiente para dar conta de qualquer oferta informativa (texto original) e que auxilie o tradutor a identificar estratégias que guiarão o processo tradutório. A teórica busca também um modelo que trate antes dos problemas gerais do que dos pontuais, como já discutimos.

Quanto ao que diz respeito a esse último objetivo, o modelo Reiss realmente se sai bem. Diferente do que vinha sendo feito até então, seu modelo serve como ferramenta para encarar o texto como um todo, observando sua estrutura interna e propondo estratégias que guiam o tradutor à produção de um novo texto e não só define soluções para problemas pontuais ao longo do texto.

Enquanto Reiss, quanto aos gêneros é extremamente clara e apresenta três grandes categorias fundadas na função textual dominante, a partir das quais se desdobram os gêneros, quanto às variedades textuais é vaga e não apresenta diferentes tipos de variedades textuais. A autora já se dá conta da relevância da história, do tempo e das diferentes culturas nas questões textuais - sua definição de variedade, no entanto, parece ser vaga demais. A noção de variedade textual de Reiss parece se aproximar do conceito de gênero discurso posta por Bakhtin (2000), mas carecendo do mesmo cuidado empregado pelo autor. Embora Bakhtin também não apresente critérios para se definir gêneros, o conceito bakhtianiano parece ser mais claro e mais longamente discutido que o conceito de variedade em Reiss. A relação entre gênero textual estabelecido e estilo individual merece especial atenção por parte de Bakhtin – para ele “o estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados” (BAKHTIN, 2000, pg. 283). Aqui claramente a função apenas do texto não é suficiente para uma tradução adequada, há uma necessidade real de se considerar convenções específicas de

uma dada comunidade discursiva. Pode decorrer disso que um texto “expressivo”, por exemplo, demande mais ênfase na forma (*e.g.* um poema concreto) ou no conteúdo (*e.g.* literatura engajada). Além disso, estabelecer a função de um texto literário parece não ser uma tarefa simples. O mesmo se dá, como aponta Swales (1990), em relação à intenção do autor, um dos critérios empregados por Reiss.<sup>1</sup>

Com a diferença entre tipo e variedade, a autora tenta atingir uma compreensão total das categorias textuais e as trata " como un fenómeno universal" (REISS, 1984, 179), enquanto as variedades textuais seriam algo mais localizado e passível de se modificarem. Mesmo separando o que há de variável nos textos, ainda nos parece redutor dividi-los de acordo com sua função e apenas em três grandes grupos. Sob esse rótulo teremos uma propaganda e um bilhete de uma mãe pedindo que o filho arrume o quarto fazendo parte do mesmo tipo textual; também poderemos agrupar uma notícia de jornal e uma cartilha escolar. Certamente as estratégias de tradução desses textos terão de ser distintas, e isso em alguma medida devido à suas diferentes formas. Decorre dessa opção que nuances importantes na classificação textual são perdidas. Como aponta Azenha, “se levarmos às últimas conseqüências o modelo proposto por Reiss, teremos de colocar dentro de um mesmo compartimento destinado aos textos informativos, por exemplo, exemplares de textos que, na avaliação percentual de suas funções primária, secundária e terciária, apresentam índices muito divergentes para função predominante” (AZENHA JR., 1999, pg. 50). Inúmeros, e talvez os mais interessantes casos, são os de textos que são construídos exatamente nessa disparidade, como por exemplo um anúncio sob a forma de receita, ou um convite sob a forma de uma notícia de jornal. Se o tradutor segue o modelo de Reiss, e traduz um convite sob a forma de uma notícia de jornal para uma sociedade onde o jornal não tem a mesma relevância da sociedade original, ele pode simplesmente manter a função de informação e se desprender das demais. Aliás, pela tipologia de Reiss, esse estranhamento do convite sob essa forma seria para criar no leitor vontade de ir ao evento (e assim faria parte da função operativa) ou seria essa uma forma de organizar artisticamente a informação que se quer passar (e assim, o classificaríamos como de função expressiva)?

Ao mesmo tempo que o modelo Reiss é direto e claro, ele é vago quanto às variedades, e deixa de fora fatores importantes, como a forma. Parece considerar fatores como tempo e comunidade lingüística, mas deixa de lado a noção de gênero textual. Apesar dos problemas citados, não podemos desconsiderar o trabalho da teórica, já que esse foi um importante avanço dentro da teoria da tradução e sua visão macro-estrutural da tradução foi um passo bastante relevante na teoria e que ainda guia os modelos atuais.

## 2.2 Modelo Nord

O modelo Nord (2005), um modelo de aplicação da Teoria do Escopo (REISS & VERMEER, 1984), além de possuir um vínculo genético com o modelo Reiss, também passa por questões textuais. A autora não propõe uma tipologia textual, mas sim um modelo de análise textual aplicado com vistas à tradução.

---

<sup>1</sup> “O tradutor se identifica com as intenções, com o desejo de expressão do autor e, a partir dessa identificação, procura obter, na língua de chegada, uma configuração textual análoga do ponto de vista lingüístico-estético.” (REISS *in* AZENHA JR, 1999, pg. 47)

A Teoria do Escopo é uma teoria funcionalista da tradução, cujo *insight* fundamental é a baseado na observação de que a função de uma tradução pode ser distinta da função do original, a depender, por exemplo, das necessidades do iniciador (o responsável pela demanda da tradução)<sup>2</sup>. No que concerne mais especificamente a questões de análise textual, Nord distingue entre fatores externos e fatores internos (ou extra-textuais e intra-textuais). Dentre os fatores externos contam-se *emissor, intenção do emissor, receptor, meio, lugar, tempo, motivo da comunicação e função do texto*<sup>3</sup>. Os fatores intratextuais, por outro lado, consistiriam em *tema, conteúdo, pressuposições, composição, elementos não-verbais, lexis, estrutura da sentença e traços supra-segmentais*. Segundo a autora, “A relação entre fatores extratextuais e intratextuais pode ser convenientemente expressa seguindo-se o conjunto de perguntas WH-, baseadas na assim chamada ‘Nova Fórmula Retórica’”<sup>4</sup>. As perguntas são:

- *Quem transmite: para quem, para quê, por que meio, onde, quando, por que, um texto com que função.*

- *Sobre que tema se diz: o quê, (o quê não), em que ordem, usando que elementos não-verbais, em que palavras, em que tipo de sentenças, em que tom, para que efeito.*

O cruzamento das variáveis extra e intra-textuais seria responsável pela configuração textual final e, igualmente, a análise dos textos de partida e de chegada seguiria a avaliação dessas variáveis. Através dessa análise o tradutor poderia julgar o pertencimento de dado tipo de texto a um certo gênero e mesmo identificar aspectos estilísticos idiossincráticos – quanto mais previsível a ocorrência de uma dada característica, mais convencional o efeito do texto será (2005, pg. 150). Nord ainda trabalha com a noção de tipos textuais, relacionados à função do texto, mas, ao contrário de Reiss, não deriva automaticamente estratégias tradutórias do tipo de texto. Nord também não deriva essas estratégias de nenhuma tipologia de gêneros, mas assume que a análise proposta pode indicar o gênero e a estratégia de tradução mais adequada.

Podemos ver que as variáveis de Nord são muito mais amplas que as de Reiss, e que ela trata de forma, conteúdo e função - fatores que para alguns autores definem o gênero de um texto - sem agrupá-las e criar uma tipificação textual. Nord ainda considera variáveis extralingüísticas, o que possibilita que a questão do contexto,

---

<sup>2</sup> Infelizmente, por questões espaciais, não apresentaremos de forma detalhada a teoria funcionalista. Remetemos o leitor, contudo, ao texto de Reiss & Vermeer já referido.

<sup>3</sup> Para Nord a função é “a função comunicativa, ou a combinação de funções comunicativas, que um texto preenche em sua situação concreta de produção/recepção.” Para ela função é uma propriedade decorrente da interação de fatores extratextuais, enquanto a noção de gênero estaria relacionada à propriedades estruturais. (NORD, 2005, pg. 77-78)

<sup>4</sup> A origem dessa fórmula retórica pode ser traçada ao século 2 a.C, com o estóico Hemágoras de Temnos. Ela sofreu uma série de modificações ao longo do tempo para se conformar à retórica moderna e sua aplicabilidade à tradução foi discutida por Reiss (1984), Bühler (1984) e Hönig (1986) (Cf. NORD, 2005, pg. 41).

comunidade lingüística e do tempo sejam levadas em consideração, sem ser algo estagnado ou pré-determinado.

O trabalho de Nord parece dar conta da tarefa do tradutor sem precisar necessariamente cair na questão de gênero, dividindo os fatores que poderiam definir a tipificação sem fazê-la necessária.

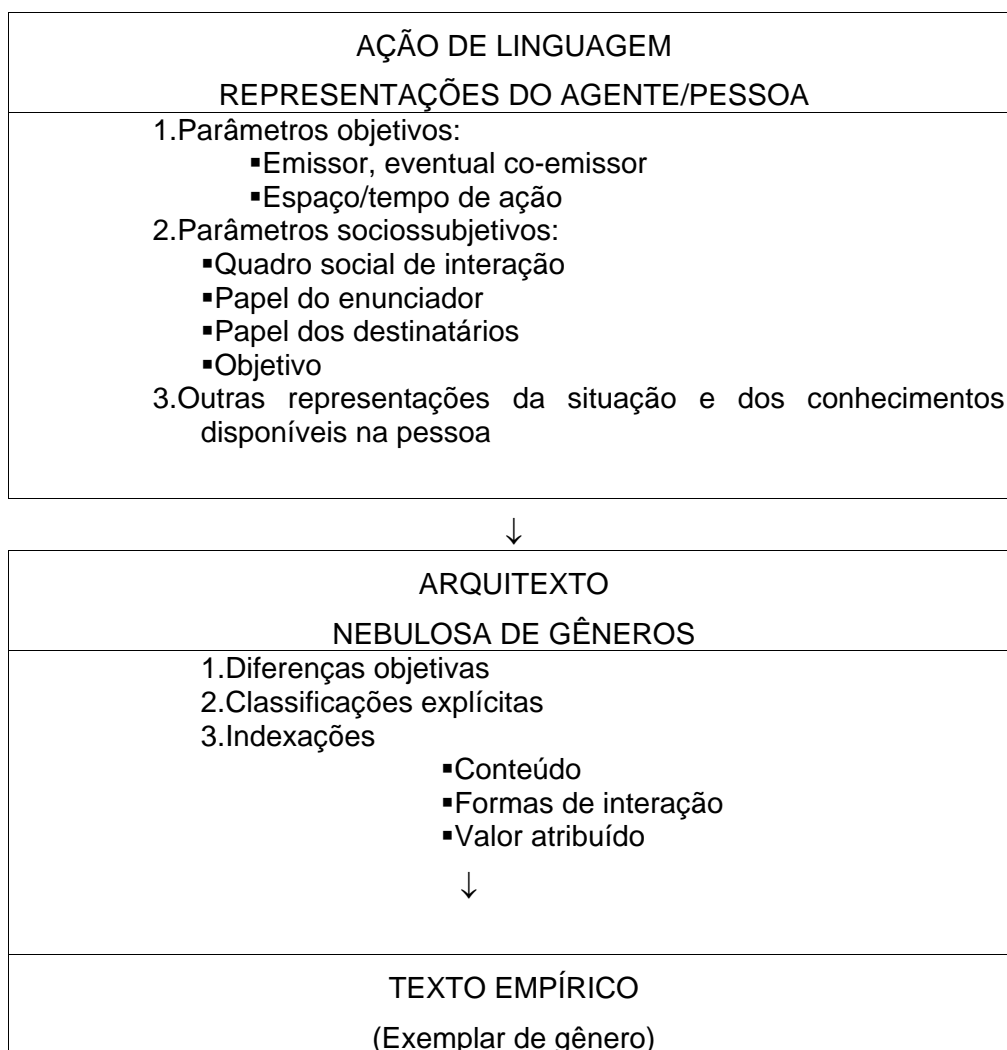
### **3. Lingüística Textual**

Parece ficar claro da breve exposição feita acima que o ponto mais vulnerável e polêmico do modelo Reiss é sua opção por estabelecer três tipos maiores de texto, ou mesmo a sua escolha em adotar uma tipologia, qualquer que seja, e derivar dela as estratégias de tradução. Podemos notar também que no modelo Nord essa função antes desempenhada pela noção de tipos de texto é substituída por uma série de parâmetros que visam nortear a análise textual de um TF, seguida de uma análise prospectiva das características que o TA deve ter para atingir os objetivos definidos no encargo de tradução.

Se temos em mente a discussão, no âmbito da Lingüística Textual, acerca dos gêneros textuais e a necessidade/ proficuidade de uma tipologia textual, encontramos uma situação bastante semelhante à mesma discussão no âmbito dos Estudos da Tradução, o que nos parece bastante curioso e muito pouco casual ou gratuito. Encontramos desde posicionamentos radicais, como o de Marcuschi (MARCUSCHI, 2005), que apresenta um forte questionamento a posturas classificatórias e formalistas, até posturas como a de Schneuwly & Dolz (SCHNEUWLY & DOLZ, 2004), que apontam para uma necessidade pedagógica de se tratar de uma tipologia textual. Essa última posição nos é bastante interessante por dois motivos: o primeiro é que, da mesma forma que Schneuwly & Dolz, também Reiss tem uma preocupação pedagógica, uma preocupação com a formação de tradutores; o segundo é a tentativa de classificar e descrever os gêneros, de acordo com suas regularidades.

Se não tomarmos por gratuito o fato de que ambos os autores têm não só interesses semelhantes, mas também acabam por assumir uma postura em comum, podemos tomar esse fato como argumento favorável à utilidade de uma tipologia textual. Contudo, também Nord apresenta preocupações pedagógicas, mas não inclui uma tipologia de gêneros em seu modelo, o que pode depor contra a nossa hipótese, a de que a tipologia textual é útil para o ensino, tanto para a escola quanto para o ensino da tradução. Entretanto, a postura de Nord em relação aos gêneros textuais nos parece muito diferente da de Marcuschi, *e.g.*, e muito mais parecida com um posicionamento menos radical, como o de Bronckart. Bronckart (2003) também evita estabelecer uma tipologia textual, mas não porque acredite que tal tarefa seja um empreendimento vão, pelo contrário, o autor defende a tipologia textual, apontando uma série de precauções a fim de assegurar a objetividade da delimitação dos gêneros textuais.

Novamente parece não ser coincidência o fato de tanto Nord quanto Bronckart empregarem parâmetros bastante similares de análise textual, usando mesmo termos semelhantes para análise textual, possivelmente como uma forma de suprir a lacuna deixada pela ausência de uma descrição funcional dos gêneros textuais. Remetemos o leitor agora às variáveis utilizadas no modelo Nord e apresentamos, para fins de comparação, o esquema apresentado por Bronckart (BRONCKART, 2003)



**Esquema 1: As condições de produção de um novo texto**

Deve chamar a atenção do leitor que boa parte dos aspectos considerados coincidem, bem como uma certa semelhança mesmo nos papéis envolvidos em cada um dos esquemas, embora tais elementos sejam organizados de formas diferentes. Portanto, não parece ser de todo absurdo afirmar que os parâmetros de análise textual fornecidos por Nord podem muito bem se prestar a uma tipologia textual, dada sua semelhança com os parâmetros de Bronckart, que os emprega justamente para essa última finalidade. Além disso, ambos os autores apresentam um claro interesse em estabelecer as condições de produção e recepção dos textos, um passo considerado um dos grandes avanços do modelo de Nord em relação ao de Reiss. É claro, a análise aqui apresentada é bastante sumária e, poderíamos dizer, superficial, e talvez um trabalho que faça uma comparação mais específica entre Nord, especialmente em NORD (2005), e Bronckart seja algo interessante, mas não faz parte dos objetivos deste trabalho.

Para Nord, uma vez que as características formais são multifuncionais (*i.e.* a uma mesma característica formal podem corresponder diversas funções, a depender da

situação comunicativa), “a função comunicativa não é apenas a característica constitutiva fundamental dos textos, mas ela também determina as estratégias de produção textual.” O texto é “um produto da intenção do autor” e “permanece provisório até ser efetivamente recebido. É a recepção que completa a situação comunicativa e define a função do texto”(2005, pg. 18-19). Apesar de reconhecer o texto como produto da intenção do autor, Nord recusa a possibilidade de empregar o critério da intenção como central porque “a melhor das intenções não garante um bom resultado”. Essa escolha contrasta com a de Swales (1990), que, ao discutir critérios para a classificação de gêneros, assume como “critério privilegiado” o propósito comunicativo.

Swales discute a questão muito mais longamente que Nord, que parece um tanto quanto apressada em assumir a função comunicativa como característica fundamental. Não fica claro inclusive o que a autora entende por “característica constitutiva fundamental”, se a função seria a única ou qual seria o papel das demais características, se uma característica constitutiva é uma condição necessário ao pertencimento de um dado gênero, etc. Por outro lado, Swales discute detalhadamente a questão, discutindo propostas recentes feitas em diferentes áreas interessadas na questão dos gêneros textuais. O autor, tendo em vista a diversidade de possíveis formas que um dado texto pode assumir e ainda permanecer nos limites de um mesmo gênero, aponta para as dificuldades de se delimitar gêneros textuais através do estabelecimento de condições necessárias e suficientes. Desse modo, Swales apela para a noção wittgensteiniana de *semelhança de família* para procurar dar conta desse problema, empregando o conceito de *prototypicalidade*<sup>5</sup>. Para ele, somente a intenção (ou qualquer outro critério empregado de forma isolada) não é suficiente para se caracterizar um gênero, nem é possível definir pertencimento a um dado gênero através exclusivamente de condições necessárias e suficientes. Assim, seguindo Armstrong *et ali.* (in SWALES, 1990, pg. 53) o autor propõe um compromisso entre a visão categorialista e a noção de semelhança de família, assumindo que, embora não se possa definir pertencimento a uma dada categoria através de condições necessárias e suficientes, algumas propriedades podem ser mais relevantes que outras para se estabelecer uma classificação.

No entanto, Swales não considera a possibilidade de se utilizar a função e não o propósito comunicativo como critério privilegiado. Poderíamos, de saída, apresentar alguns argumentos tanto contra assumir propósito quanto função como critérios privilegiados: em relação a função, um texto que se pretendesse um texto de convencimento, mas falhasse em provocar os resultados esperados deveria ser enquadrado em um outro gênero? Teríamos assim um gênero para propagandas bem sucedidas e outro para propagandas mal sucedidas? Por outro lado, um texto pode cumprir uma determinada função sem que o leitor se dê conta da real intenção do autor,

---

<sup>5</sup> A também funcionalista Mary Snell-Hornby (VANNEREM, Mia & SNELL-HORNBY, Mary: *Die Szene hinter dem Text: "scenes-and-frames semantics" in der Übersetzung.* In: *Übersetzungswissenschaft. Eine Neuorientierung.* Org.: SNELL-HORNBY, M., Tübingen 1986.) trabalha com a noção de semelhança de família wittgensteiniana, bem como a noção de prototypicalidade em Rosch e Lakoff (ambos in VANNEREM & SNELL-HORNBY, 1986), e a interface entre teoria da tradução e lingüística em Snell-Hornby pode ser um tema interessante para trabalhos futuros.

como no caso de insinuações veladas para convencer um leitor em um texto supostamente informativo.

Não pretendemos aqui, é claro, resolver a questão. Gostaríamos sim de apontar convergências no trabalho dos dois autores<sup>6</sup>, onde um possível diálogo, nos parece, seria bastante produtivo, mas que não ocorre de fato. Além disso, pelo exposto acima, uma tipologia textual, que contasse com uma descrição detalhada de cada gênero, poderia ser um instrumento útil na formação de tradutores, o que pode ser considerado um argumento a mais nessa discussão na área da lingüística textual<sup>7</sup>.

#### 4. Conclusão

Se por um lado parece haver convergências entre o desenvolvimento da questão dos gêneros textuais dentro dos Estudos da Tradução e da Lingüística Textual, por outro, o desenvolvimento dessas questões parece dar-se sempre de modo paralelo. É certo que a questão dos gêneros está longe de ser resolvida na LT, ainda encontramos uma série de problemas conceituais, definições vagas e uma certa confusão na tentativa de se definir o que são e como se comportam os gêneros textuais. Também encontramos esses mesmos problemas no modo como Reiss deixa de lado a noção de gênero textual, bem como na abordagem de Nord à questão. Contudo, acreditamos que, se por um lado há problemas em se empregar a noção de gênero textual, por outro, há vantagens. Mais ainda, como querem alguns teóricos da LT, como Marcuschi, “[Os gêneros] *São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa*” (MARCUSCHI 2002, p. 19). Se assim for, Reiss terá razão quando afirma que não é possível desvincular a prática tradutória da noção de tipos textuais. Por outro lado, se isso se der de fato, também a Lingüística Textual peca por deixar de lado as traduções, um fenômeno textual legítimo, sujeito às relações de gênero textual da mesma forma que qualquer outro texto, mas possuindo particularidades que devem ser também levadas em conta por diferentes teorias sobre os gêneros textuais.

#### 5. Referências

ADAM, Jean-Michel. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

\_\_\_\_\_. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 2004.

AZENHA JR., João. *Tradução Técnica e Condicionantes Culturais*. São Paulo: Humanitas, 1999.

---

<sup>6</sup> Curiosamente, o trabalho dos dois autores são de datas muito próxima: a primeira versão do *Text Analysis in Translation* de Nord, ainda em alemão, data de 1988, traduzido para o inglês em 1991 pela autora e com uma edição revista em 2005. O trabalho de Swales, *Genre Analysis*, tem como data de primeira publicação o ano 1990, apenas dois anos após a primeira publicação em alemão de Nord e um ano antes da segunda publicação em inglês.

<sup>7</sup> Aparentemente Nord possui trabalhos mais recentes nesse sentido, mas essa informação nos chegou tarde demais para ser de fato incorporada ao trabalho.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso . In: *Estética da criação verbal* , [trad. francês : Maria Ermantina Galvão; revisão : Marina Appenzeller]. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes , 2000, p. 279-287.

BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M.A. (orgs) *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

\_\_\_\_\_ Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (orgs) *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória: Kaygangue, 2005.

NORD, Christiane. *Translating as a purposeful activity*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.

NORD, Christiane. *Textanalysis in Translation* (trad. J. Gras Verlag). Amsterdam: Rodopi, 2005.

REISS, Katharina. *Type, kind and individuality of text: decision making in translation* (1971) in VENUTI, Lawrence (ed). *The translation studies reader*. Trad. Susan Kitron. Londres: Routledge, 2000.

REISS, Katharina & VERMEER, Hans. *Fundamentos para uma teoría funcional de la traducción*. Madrid: Ediciones Akal, 1984.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e colaboradores. *Gêneros orais e escritos na escola*. Org. de R. Rojo e G. S. Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SWALES, John M. *English in academic and research settings*. : Cambridge: Cambridge University Press, 1990